

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 6 de julho de 1983

Uma constatação que escapou à cúpula de Williamsburg

Discorremos, em nosso editorial de ontem, sobre a expectativa de superação das discordâncias entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo brasileiro sobre aspectos técnicos do processo de ajustamento de nossa economia. Uma atitude mais receptiva do Fundo poderia ser influenciada por uma visão menos condicionada por questões contábeis da parte de instituições, como o Banco Mundial, e de economistas e executivos estrangeiros que conhecem mais de perto os nossos problemas.

É com idêntica satisfação que registramos hoje a crescente aceitação, pelo menos em princípio, da necessidade de serem estruturados mecanismos internacionais que permitam o reescalonamento dos compromissos a curto prazo dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

Nesta semana, o embaixador dos Estados Unidos, Anthony Motley, que está deixando o País para assumir o cargo de secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos,

afirmou, mais de uma vez, que o Brasil não pode continuar fazendo a rolagem de sua dívida externa a cada noventa dias. Uma forma de reescalonamento tem de ser negociada, na opinião de Motley, embora ele reconheça a complexidade do problema e as resistências que uma iniciativa desse tipo encontraria por parte dos bancos internacionais.

Esse reconhecimento parece-nos muito importante em vista do cargo que Motley vai assumir na administração Reagan, dentro da qual poderá juntar a sua voz às daqueles que propugnam uma atitude mais decidida de liderança por parte dos Estados Unidos no que respeita ao encaminhamento de uma solução para os problemas de liquidez dos países em desenvolvimento.

Existe clara consciência nos EUA, inclusive dentro de seu governo, de que a persistência da situação atual poderá surtir efeitos muito negativos, detendo a marcha da recuperação da economia mundial, já que os países com problemas cambiais terão de for-

çosamente conter as suas importações e, logicamente, as exportações das nações mais avançadas.

Na reunião de cúpula de Williamsburg, no fim de maio, questões de tal ordem foram colocadas à margem, tendendo as discussões a concentrar-se em temas essencialmente políticos, embora a conferência tenha sido convocada para discutir uma agenda econômica, em que não poderiam deixar de figurar com destaque itens como a reformulação do sistema monetário internacional.

Tudo parece indicar que os EUA e outros países industrializados prefeririam não estabelecer mecanismos de aplicação generalizada, sob o temor de estimularem a "permissividade" entre os países em desenvolvimento, no sentido de que os seus governos tenderiam a ser ainda mais displicentes quando se tratar de saldar compromissos financeiros assumidos com os bancos internacionais.

Isso não excluiria soluções particulares, isto é, acordos específicos para certos países, em

consideração ao seu desempenho, ao conceito de que desfrutam no mercado financeiro internacional e, sem dúvida, ao seu "status" junto à comunidade das nações. Este seria o caso do Brasil, que não renegou a sua dívida, absteve-se de decretar unilateralmente uma moratória e que tem um evidente potencial a desenvolver, tão logo se livre de um estrangimento cambial, para o qual *não há saída a curto prazo.*

Uma idéia útil para ser explorada em tais circunstâncias foi lançada há pouco pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, que propôs um período de carência de dois anos, durante os quais o País não pagaria nem o principal nem os juros sobre a sua dívida externa, de modo a poder terminar projetos que iniciou e fazê-los render.

Talvez a idéia possa parecer muito arrojada hoje, mas estamos certos de que ela indica o caminho correto. Sem um acerto que leve a esse resultado, ainda *demorará muito para que o Brasil* possa participar plenamente do intercâmbio mundial, como desejam os países desenvolvidos.